



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
REGIONAL CATALÃO  
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE HISTÓRIA E  
CIÊNCIAS SOCIAIS – INHCS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
– MESTRADO PROFISSIONAL

**UMA BREVE ANALOGIA SOBRE O CONTEXTO DO NAZIFASCISMO PRESENTE  
NO LIVRO DIDÁTICO - ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO**



CATALÃO  
2017  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
REGIONAL CATALÃO  
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE HISTÓRIA E  
CIÊNCIAS SOCIAIS – INHCS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
– MESTRADO PROFISSIONAL

**UMA BREVE ANALOGIA SOBRE O CONTEXTO DO NAZIFASCISMO PRESENTE  
NO LIVRO DIDÁTICO – ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO**

Plano de Pesquisa apresentado ao Programa de Pós  
– Graduação em História – Mestrado Profissional,  
na linha 2 - História, Sociedade e Práticas  
Educativas.



CATALÃO  
2017

**SUMÁRIO**

INTRODUÇÃO.....	03
CAPÍTULO 1.....	10
CAPÍTULO 2.....	22
FONTES.....	41
REFERENCIAS.....	41



## INTRODUÇÃO

O início do trabalho foi voltado para o nazi-fascismo desde o ano de 2011 pelo Projeto de graduação em História, do Departamento de História e Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás – Campus de Catalão. Tive como fonte um diário-memória escrito pela francesa Agnès Humbert. Ela relata o movimento resistente em que participou, mediante a invasão alemã na França e a formação da República (regime) de Vichy. O grupo rebelde foi descoberto por um espião e entregue a Gestapo tendo como resultado a execução da maioria dos membros e a deportação de Humbert para a Alemanha, onde foi obrigada a trabalhar em serviços forçados até a libertação em 1945 por tropas aliadas do 3º Comando estadunidense.

Doravante, resolvi focar apenas no fascismo que, necessariamente foi à ideologia por traz do sítio nazista na França levando a Pétain a um acordo de rendição e sua colaboração com Hitler. O que, segundo Arendt (1989), justifica os sítios do movimento autoritário da necessidade de um espaço geográfico grande para que seja possível a aplicação deste movimento devido ao número excessivo de perdas humanas que acabam morrendo em prol desta ideologia que, por sua vez, os líderes estão prontos a sacrificar durante o processo de conquista do poder. Além de estender e aplicar a ideologia com imposições radicais sobre as demais nações. Mas este é apenas um dos tópicos dissidentes do nazi-fascismo.

Através de análise do fascismo como uma construção da História Recente que se torna passível a modificação de seu sentido e significado pela gradativa relação com o tempo através do surgimento de novos documentos. O que gradativamente se permite problematizar o fascismo como uma equalização e de que forma é adotada ou utilizada no Brasil através do livro didático de acordo com sua construção para o ensino levando em consideração se é abordado como apenas “não totalitário” no sentido de utilizar a ideologia fascista não como um todo, mas em partes como afirma Arendt (1989) ao afirmar que a própria Itália não foi toda fascista tendo em vista que Mussolini foi brando com relação aos prisioneiros políticos.

O nazi-fascismo como título de desenvolvimento de pesquisa histórica é um desafio, pois, existem inúmeros trabalhos que abordam esta temática, embora que o



rumo de seu sentido e significado tenha sido mais esclarecido no findo dos anos 1980. Porém é pertinente ao pesquisador levantar questões pertinentes sobre o nazismo como um “acidente histórico”, ou se ainda há a possibilidade da ideologia nazifascista ainda subsistir, o que para Carvalho (2015), “torna-se interessante pensar que a relação entre o presente e o passado é fundamental para dotar a história de uma significância prática na vida do aluno” (p. 11). Tal abordagem sobre novos rumos do fascismo veio à tona com o passar do tempo:

[...] após os 50 anos do fim da Segunda Guerra Mundial, vários países, como Estados Unidos, a Inglaterra e Federação Russa, começaram a publicar seus arquivos, grande parte referente ao fascismo; a reunificação alemã, a partir do fim do Muro de Berlim, em 1989, possibilitou a devolução e abertura de arquivos especificamente dedicados ao fascismo, como o Centro de Documentação de Berlim (...), no qual estão incluídos os arquivos da Gestapo; e, por fim, mas talvez de suma importância, o ressurgimento do fascismo como movimento de massas em países como a França, Itália, Federação Russa ou na própria Alemanha obrigou os pesquisadores a rever as análises do fascismo que o vincularam diretamente à conjuntura do pós-Primeira Guerra Mundial (SILVA, 2005, p, 113)

A ideologia fascista iniciou na Europa na primeira metade do século XX, dentre as principais destacam-se a Falangista na Espanha (Francisco Franco), a Fascista de Benito Mussolini e a Nazista alemã de Adolf Hitler. Dentro desta dimensão ideológica o objetivo do vigente projeto é analisar o contexto do nazi-fascismo presente no livro didático do Ensino Fundamental e do Ensino Médio a partir do texto de Francisco Carlos Teixeira da Silva que traz a título de discussão Os fascismos do livro O século XX, 3ª ed. de 2005, organizado por Daniel Aarão Reis Filho, Jorge Ferreira e Celeste Zenha. Tenho em vista colocar o contexto didático escolar com a percepção de Silva sobre os novos rumos da leitura do fascismo trazendo a luz elementos que antes eram vistos como fruto de um episódio do passado não transitório para as camadas políticas atuais.

Importante analisar o livro didático porque este é o dispositivo de ensino mais utilizado no ensino escolar, sendo a base central do encontro dos discentes, naquilo que tange a História, referente ao passado e suas ações e sem deixar de esquecer o resultado e influências herdadas que podem ser encontradas através de um senso crítico desenvolvido nas escolas. Ao que abrange a discussão dos livros didáticos, o Ensino



Fundamental traz o livro intitulado *Encontros com a História* (2014, 2015, 2016), da Editora Positivo, 3 edição, Curitiba, 2012. O livro foi escrito sobre a responsabilidade de Vanise Ribeiro<sup>1</sup> e Carla Maria Junho Anastasia<sup>2</sup>. No sumário proposto para o 9º ano, não possui o tema nazismo ou mesmo fascismo, mas eles estão na evidência do núcleo da Unidade 2 Crise do Liberalismo com os seguintes tópicos:

Tema3:

1. Anos 1920: prosperidade e crise.....	48
2. Grande Depressão.....	55
3. Do liberalismo ao totalitarismo.....	58
4. Nacional-socialismo italiano.....	61
5. Nacional-socialismo na Alemanha.....	63
6. Expansão dos regimes autoritários.....	67
7. Para saber mais.....	70

Depois votará a discutir no Tema 5 Segunda Guerra Mundial, divididos em 5 tópicos:

1. Europa se prepara para a guerra.....	86
2. Fases da guerra.....	90
3. Resultados e consequências da guerra.....	96
4. O cotidiano durante a guerra.....	98
5. Para saber mais.....	100

Já o livro didático do Ensino Médio com o título *Caminhos do Homem*, 2ª edição, da Base Editorial, é dirigido para a turma do 3º ano. São construídos pelos autores Adhemar Marques<sup>3</sup> e Flávio Berutti<sup>4</sup> e trazem no capítulo 1 do sumário: O

<sup>1</sup> Pós-graduada em História do Brasil e professora das redes particulares e pública há 30 anos. Atualmente leciona na rede municipal de Belo Horizonte.

<sup>2</sup> Doutora, professora titular de História do Brasil da Universidade Federal de Minas Gerais, autora de diversos livros didáticos e consultora de projetos de capacitação e avaliação dos ensinos Fundamental e Médio.

<sup>3</sup> Bacharel e licenciado em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Especialista em História Moderna e Contemporânea pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Professor de História de cursos pré-vestibulares.

<sup>4</sup> Graduado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Especialista em Metodologia da História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professor de História da América e



Imperialismo, as guerras mundiais os grandes processos revolucionários do século XX, os seguintes tópicos sobre o nazi-fascismo:

O Imperialismo..... 11

As guerras mundiais: A Primeira Guerra Mundial (1914-1918)..... 14

As guerras mundiais: A Segunda Guerra Mundial (1939-1945)..... 32

Assim, temos as pontuações dos dois livros didáticos referentes ao recorte temporal sobre o nazi-fascismo, ambos inseridos na discussão da Primeira Guerra Mundial e Segunda Guerra Mundial. Interessante notar que abordam sobre a inserção do nazi-fascismo como elemento resultante de alguma crise pertinente à desenvoltura de ideias centralizadas no autoritarismo, como se comungassem do momento oportuno em que a regente figura democrática não correspondia ao sofrimento das massas, muito bem conduzidas e exploradas para reforçar os partidos, hora antes, sem muita força representativa no senado.

Ainda pode-se afirmar que o livro didático é a ferramenta do docente ao qual é colocado sobre seu conteúdo dividido em etapas segundo o grau de escolaridade de cada nível escolar. Cabe então ao profissional do ensino discernir sobre os temas propostos em direção ao esclarecimento dos temas propostos levando os discentes a entenderem, ao menos, da temporalidade histórica e seus sujeitos que nela estão participando, considerando trajetórias e feitos das quais estão ligados que os levaram a ser tema de estudo e aprendizado. No meu caso, o nazi-fascismo foi à ponta da lança arremessada ao curso de História no ano de 2008. Tudo advindo das ilustrações e conteúdos trazidos pelo livro, o que na época, permitiu aguçar o apreço pela disciplina.

Mediante a isto considero importante analisar o conteúdo didático com a discussão contemporânea para melhor entender as estruturas de contexto da narrativa são empregadas na hora de explicar em sala de aula. Importante saber se é apenas elucidado no livro como uma fenomenologia histórica ou se pode ser encontrado em outras vias políticas no tempo atual. Além de aprimorar o senso crítico dos discentes, uma vez que, “para a formação da cidadania dos aprendentes e instigação do seu senso



crítico é importante que haja um bom planejamento no intuito de tornar o assunto mais significativo para eles” (LAROCCA, 2008, p. 03).

Considero importante dialogar com o texto provocador de Silva (2005) a respeito do fascismo ao qual lança uma discussão crítica mais atual, dado ao fato de que “uma das abordagens mais conhecidas e imediatas ao pós-guerra, muito popularizada na mídia, sobre o fascismo, defende uma abordagem única e exclusivamente do fenômeno, centrando toda a atenção na Alemanha e utilizando exclusivamente a expressão nazismo” (p, 113-114). Tal situação pode ser encontrada no contexto do livro didático caso haja um foco narrativo de centralizar a Segunda Guerra Mundial ao personagem Hitler, sendo assim, um fenômeno hitlerista.

O livro didático é um depositário dos conteúdos escolares, suporte básico e sistematizador privilegiado dos conteúdos elencados pelas propostas curriculares, além de ser um “instrumento pedagógico” por oferecer “técnicas de aprendizagem: exercícios, questionários, sugestões de trabalho, enfim as tarefas que os alunos devem desempenhar para a apreensão ou, na maior parte das vezes, para retenção dos conteúdos” (BITTENCOURT, 2008, p.72). O que torna devidamente pertinente observar nesta ferramenta docente é a forma que o nazi-fascismo é construído e guiado mediante a sua implicação com o personagem mais afamado – Adolf Hitler – acaba sendo discernido, muito das vezes, como máximo responsável da Segunda Guerra Mundial graças à visão limitada de período das quais as ações foram mais complexas interligando vários fatores colaboradores.

Este personagem histórico, se observado atualmente, também pode ser ligado à rebeldia pela parte de alguns jovens que o cultuam como espécie de agente influenciador caso seja tratado dentro do âmbito sensacionalista. A título de exemplo de que Hitler é constantemente trabalhado de forma trivial e sensacionalista a Revista Cult nº 67, o traz a capa com o tema “Hitler – a face do mal”, tendenciosamente capciosa e trivial pelo contexto de centralizar toda a culpabilidade daquilo que se entende como mal a uma única pessoa descartando automaticamente outros agentes históricos importantes que atuaram naquele período de Guerra.

Provocações à parte surgem na forma audiovisual se olhado nos inúmeros filmes sobre Hitler. Dentre eles aponto dois filmes alemães: “A Onda” (Die Welle) de 2008 e “Ele está de volta” (Er ist wieder da) de 2015. O primeiro filme foi dirigido por Dennis



Gansel e conduz a história inspirado no livro homônimo de 1981 do autor norte americano Todd Strasser. A Onda tem como ponto central mostrar um experimento de classe em que o carismático professor Rainer Wenger, interpretado pelo autor Jürgen Vogel, ministra aulas sobre autocracia. Assim, os alunos começam a vivenciar um grupo constituído por uma filosofia típica do fascista para fazê-los deparar com o regime de Hitler ao qual está inserido nos dias atuais.

Já o filme *Ele* está de volta. O filme foi baseado na obra do escritor alemão Timur Vermes publicado pela editora Eichborn Verlag em 2012. A película é trabalhada de forma irônica e agressiva construindo uma narrativa envolta de uma interrogativa pertinente e tanto ficcional, “se Hitler voltasse para Alemanha nos dias atuais?”. Um dos principais pontos do filme são os diálogos reais entre o ator e a população alemã vista de algumas regiões do país. Não foi incomum encontrar apoiadores declarando que a Alemanha necessita novamente de uma experiência nacionalista tendo como pano de fundo o afã de trazer de volta os bons costumes perdidos.

A ideia central do filme do diretor David Wnendt é discutir com o passado mostrando de maneira impactante o personagem histórico dentro da realidade atual alemã através de um programa de televisão onde o ator consegue conquistar as massas através da retórica que novamente consegue atingir o pensamento da maioria da população correspondendo a ele positivamente graças a sua percepção crítica sobre a classe política por sua corrupção e descaso com os trabalhadores e famílias alemãs. Em resumo, o filme serve de alerta para a sociedade pode ir além da sociedade alemã que o fascismo não ficou no passado, mas continua flertando com o presente como saída de alguma crise econômica.

Voltando ao livro didático, este objeto pode ou não se atentar a ligar o passado com o presente já que corrobora para a construção crítica dos jovens e suas percepções e posições com relação à sociedade. No caso desta pesquisa, intenciono averiguar se há alguma relação entre os aspectos apresentados em ambos os livros aos tópicos: fascismo, Segunda Guerra Mundial, Nazismo, Hitlerismo, autoritarismo, com a nova discussão de Silva (2005). Tais pontuações estão ligadas no desenvolvimento do contexto, uma vez que “algumas publicações sobre o processo de desenvolvimento do sistema escolar brasileiro destacam-se pela preocupação com a utilização e a



importância que os livros didáticos têm para o ensino de todas as disciplinas escolares” (OLIVEIRA, sd, p. 03). Nesta linha de raciocínio Junior (2010) nos diz que:

Entre setembro e outubro de 2007, vários jornais e revistas de grande circulação do país publicaram matérias sobre os livros didáticos brasileiros, em especial os livros de História. A motivação inicial era a suposta ideologia de esquerda presente nessas obras, o que levaria a uma manipulação e até uma possível doutrinação das crianças. E tudo isso feito com dinheiro público, uma vez que a grande maioria dos livros didáticos vendidos no país é originária do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que distribui gratuitamente esses livros para as escolas públicas de todo o país (p. 03).

Essa discussão envolvendo questões partidárias tornou-se polêmico na atualidade política onde propuseram a discussão sobre ensino sem partido no Brasil. Não seria difícil encontrar no livro didático influências de pensamento de esquerda ou de direita dentro da leitura do contexto narrativo da história sendo notado pela discussão de Marques e Berutti (2015), mas de ínfima dosagem, pois não atrapalha a discussão central proposta sobre o nazi-fascismo presente em 90 páginas do capítulo 1. O intento aqui é tentar revelar mediante as comparações dos livros a possibilidade de ambos ofertarem ao ensino, meios mais ilimitados de percepção do mundo atual tomando de fontes do passado como ponto de partida para ajudar na formação cognitiva maior sobre os espaços temporais.



## **CAPÍTULO 1 – O CONTEXTO HISTORIOGRÁFICO DO NAZIFASCISMO**

[...] não podemos tratar o fascismo como um movimento morto, pertencente à história e sem qualquer papel político contemporâneo (SILVA, 2005, p. 112). A partir desta afirmação, pode-se segui-la como ponto de partida já que a intencionalidade do projeto é tentar analisar a ideologia do fascio como um movimento necessariamente propenso a existir na contemporaneidade e não como um acidente histórico a partir da concepção do livro didático Ensino Fundamental e Médio. A concepção a priori deste trabalho é procurar sondar os textos propostos de acordo com o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), estabelecendo observações pertinentes ao contexto deste dispositivo de ensino com as novas discussões dentro da história do fascismo, dado a pertinente compositora da educação, tendo esta:

[...] um fenômeno circunscrito às sociedades humanas e se dá nas mais diversas atividades sociais, entendemos que esse fenômeno está sempre prenhe de uma concepção de homem. Ou seja, na atividade produtiva de subsistência e nas demais atividades sociais, intencionamos produzir um determinado tipo de homem, e o fazemos (SILVA, 2012, p. 35).



O livro didático permeia no meio do ensino e acaba atuando como a principal ferramenta dos docentes frente à sala de aula, e, evidente, pode contar com outras fontes de ensino como o paradidático que entra em cena como auxiliador de ensino que, grosso modo, preenche as lacunas que o didático pode deixar na sua produção de conteúdo. Filmes documentários, livros, imagens entre outros compõem a leitura de estudo podendo assim facilitar na hora da aplicação ou ação ao qual o docente provoca nos discentes. A estrutura cognitiva pode ser favorecida mediante a presença de conteúdos cuja narrativa está para facilitar e não complicar o entendimento. No presente trabalho abordaremos o livro didático pela área pública tendo como dimensão escolar o 9º ano (antiga 8ª série) do ensino fundamental e o 3º ano do ensino médio para adentrarmos no tema “nazi-fascismo”.

Tema este que considero fundamental pela sua abrangência temporal para entendermos as ações e implicações dentro da epiderme da política quando dela se embebeda e embriaga-se, cuja culpa às vezes tem álibi e se farta do poder onde podemos tirar a título de exemplo a Alemanha nazista e a Itália fascista que estão presentes dentro da proposta de ensino didático de história. Neste sentido temos o elo entre o passado e o presente, ao qual hora ou outra aparecem dentro da discussão política contendo atritos ideológicos, surgindo implicações comparativas de figuras históricas para retratar alguém dentro de um rótulo autoritário, neste caso é comum ser utilizado.

Para Rüsen, “a eficácia de um processo de aprendizagem histórica importante se sustenta na medida em que consiga vincular a experiência do tempo e a subjetividade dos alunos, relacioná-las uma à outra e articulá-las discursivamente” (RÜSEN, 2012. p.112). Mediante a esta percepção surgem campos de pesquisas que se preocupam em investigar a escola e os seus sujeitos como produtores de conhecimento, consecutivamente levar clareza ao universo histórico com sentido e significado. Para Miranda e Luca (2004):

Contrariamente à apreensão predominante no âmbito do senso comum, o livro didático é um produto cultural dotado de alto grau de complexidade e que não deve ser tomado unicamente em função do que contém sob o ponto de vista normativo, uma vez que não só sua produção vincula-se a múltiplas possibilidades de didatização do saber histórico, como também sua utilização



pode ensinar práticas de leitura muito diversas. Tampouco os efeitos da ação avaliativa implementada pelo Ministério da Educação podem ser vistos exclusivamente com base em uma premissa homogeneizadora de práticas e perspectivas quanto à História, sobretudo se considerarmos um breve histórico a respeito do papel regulador e/ou intervencionista do Estado nesse nicho particular de mercado e as circunstâncias políticas contemporâneas resultantes da prática avaliativa (p. 03).

Dentre outras palavras, o livro didático produz conhecimento histórico; gerado dentro do sistema regulador ao qual o Estado aprova sua concepção dentro da proposta pelo Ministério da Educação (MEC) adjunto a Coordenação Geral de Materiais Didáticos (COGEAM) sendo esta responsável pela avaliação e seleção das obras inscritas no Programa Nacional do Didático (PNLD) e no Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), bem como pela elaboração do Guia dos Livros Didáticos voltado a auxiliar o professor na escolha dos livros didáticos<sup>5</sup>.

As obras são inscritas pelos detentores de direitos autorais, conforme critérios estabelecidos em edital, e avaliadas por especialistas das diferentes áreas do conhecimento. Se aprovadas, compõem o Guia do Livro Didático, que orienta o corpo discente e o corpo diretivo da escola na escolha das coleções para aquela etapa de ensino (Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio)<sup>6</sup>. Esses dados são fundamentais para o profissional saber como é encaminhado à ferramenta utilizada em sala de aula. Já na dimensão histórica, temos que ater a essência do objeto averiguado: nazi-fascismo. Adentremos um pouco mais em sua historiografia para melhor discuti-la no capítulo 2 pertinente a volta do debate sobre o conteúdo dos livros didáticos do Ensino Fundamental e Médio correspondem a leitura analítica de Silva (2005).

No limiar do século XX eis que surge uma guerra de escala mundial de 30 anos de duração dividida em I Guerra Mundial e II Guerra Mundial. Período este em que os movimentos autoritários mostraram as garras da potencialidade nacionalista. No hiato do entre guerras, Adolf Hitler renascerá das cinzas pelo NASDP, Benito Mussolini dará o golpe de Estado ao marchar por Roma com milhares de soldados simpatizantes de sua causa ideológica e tomar o poder para si, Stalin assume o poder logo após a morte de

---

<sup>5</sup> <http://portal.mec.gov.br/pnld/apresentacao>.

<sup>6</sup> <http://portal.mec.gov.br/pnld/apresentacao>



seu camarada ideológico Lênin, e Tojo, hábil no campo de batalha que reconhecido pelo Imperador ficou ao encargo de comandar as tropas japonesas para expandir o império na Ásia em direção a assimilar a China.

No entre guerras foi um período que resplandeceria o poder autoritário estatal. Daquilo que tange a modernidade o sociólogo polonês Zigmunt Bauman, nos diz que este período foi marcado por um “mal-estar”, pois a liberdade foi gradativamente substituída pela “segurança”. Um fator decisivo para o alforje da máquina autoritária foi à quebra de outro maquinário responsável em evanescer os louros lucrativos do pós I Guerra Mundial.

A quebra da bolsa de valores em 1929 assolou boa parte do mundo. O presidente norte americano Franklin Roosevelt despontará em meio ao colapso econômico um lampejo de esperança ao apostar no New Deal, gerando cortes em vários setores do governo como foi o caso do exército. Fato este fortemente criticado pelo general Douglas Makator — herói da I Guerra Mundial —, por considerar a força de uma nação pela força do seu poder bélico. Enquanto Roosevelt enfrenta a crise econômica, do outro lado do oceano Atlântico, Mussolini que lutara na I Guerra Mundial, mudara muito sua concepção de governo.

Até aquele momento do colapso econômico, a Itália era paulatinamente devorada pela crise econômica e se aproveitando dessa realidade, Mussolini acabou convencendo principais lideranças burguesas para apoiá-lo numa reviravolta política. O interessante é que com a queda da Bolsa de Valores em Nova York favorece tanto Mussolini quanto Hitler, ambos, astutos, tinham soluções mais viáveis do que os outros partidos políticos, sendo um fator fundamental para assumirem ascenderem em suas nações às ideologias propriamente autoritárias. A crise criou uma reação em cadeia proporcionando:

Nos países ricos, os distúrbios e a busca de soluções acabaram por influenciar todos os demais países e criaram grandes comoções internacionais. Isso vale especialmente para a Alemanha. Lá, o inconformismo com o resultado da Primeira Guerra Mundial voltou imediatamente à tona. (...) E foi o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (conhecido pela abreviatura “Nazis”) aquele que mais soube explorar em proveito próprio o ódio que grande parcela da sociedade alemã nutria por aqueles que teriam amesquinhado a nação alemã quando do Tratado de Versalhes (GONÇALVES, 2005, p. 169).



Fica claro aqui que a nação alemã pro-Primeira Guerra tivesse ressentida com a humilhação e com a crise capitalista norte-americana serviu de vínculo para que Hitler fosse apoiado pelo povo o que mais tarde nasceria um governo em que o partido se tornasse o Estado, na tangencia que o autoritarismo e a intolerância geralmente estão presentes em todas as categorias de multidão, mas em graus muito variados; e aqui reaparece a fundamental noção de raça, dominadora dos sentimentos e pensamentos (BON, 2008, p. 54). Já na concepção de Arendt:

(...) o líder representa o movimento de um modo totalmente diferente de todos os líderes de partidos comuns, já que proclama a sua responsabilidade pessoal por todos os atos, proezas e crimes cometidos por qualquer membro ou funcionário em sua qualidade oficial (ARENDR, 1989, p. 424).

Para Arendt (1989), o totalitarismo é possível para um país com uma população relativamente grande, ou um país de propensão geográfica maior. Em todos os países menores da Europa, movimentos totalitários precederam ditaduras não totalitárias, como se o totalitarismo fosse um objetivo demasiado ambicioso, e como se o tamanho do país forçasse candidatos a governantes totalitários a enveredar pelo caminho mais familiar da ditadura de classe ou partido (ARENDR, 1989, p. 360).

Mussolini consegue primeiro subir ao poder, momento de bajulação jocosa de Hitler, tal qual, inspirado na ação imponente de um escritor transformado em um respeitado líder máximo da nação italiana, o inspira ainda mais a fazer o mesmo na Alemanha. Mas começou de forma desastrosa quando em 09 de novembro de 1923, Hitler juntamente de membros do Partido Nazista tentou o Putsch (golpe) da Cervejaria, que tinham como objetivo tomar o poder do governo bávaro. A polícia bávara conseguiu controlar o levante resultando em algumas mortes e membros do partido presos, incluindo Adolf Hitler. Nove meses confina do serviu de arquitetar sua obra chamada Mein Kenf (Minha Luta), tecendo ideias raciais segregacionistas e outras referentes à composição política alemã e a valoração exacerbada do nacionalismo.

Embora a Alemanha e a Itália possuíssem um governo totalitário não eram iguais. Hitler manejou um totalitarismo mais radical, mesmo estando com um país considerável pequeno para tal ação. Entre outras palavras, o fascismo se identifica como



“totalitarismo”, contendo também o corporativismo, o nacionalismo e o militarismo. O nazismo adotou elementos estilísticos do fascismo, as semelhanças principais entre os dois foram à ditadura, o irredentismo territorial e a teoria econômica básica. Silva (2005) nos diz que fascismo seria o conjunto de movimentos e regimes de extrema direita que dominou um grande número de países europeus desde o início dos anos 20 até 1945 (p. 112), ou seja, tanto Mussoline quanto Hitler no século XX o efetivaram no sentido nacionalista e autoritário (idem).

Era um modelo pragmático de governo que encaixava para as ações idealizadas por ambos governantes. Um ponto importante para pensarmos o fascismo está no sentido em que foi aumentando sua abordagem nas teorias que estavam surgindo; segundo Silva (2005), após a década de 1980, uma vigorosa retomada de interesse, com novas abordagens e novas teorias explicativas (p. 113). Estava evidente que não se tratava de apenas um acontecimento histórico sem possibilidades para um resurgimento o que acabou por cair por terra quando:

(...) países como a França, Itália, Federação Russa ou na própria Alemanha obrigou os pesquisadores a rever as análises do fascismo que o vinculavam diretamente à conjuntura do pós-Primeira Guerra Mundial. Assim, a historiografia anterior aos anos 80, de cunho por demais histórico, começou a abrir espaço para análises mais conceituais, onde o fenômeno fascista surge como uma possibilidade da moderna sociedade de massas, e não apenas de um período histórico determinado e já findo da aventura humana (SILVA, 2005, p. 113).

Já na abordagem de Bernardo (1998), o autoritarismo foi uma das características mais constantes e, no entanto, numerosos regimes autoritários não foram fascistas, e alguns foram instituídos mesmo contra o fascismo (p. 14). É importante não generalizar o fenômeno totalitário como unicamente fascista uma vez que poderíamos cometer equívocos nas discussões historiográficas e consecutivamente obscurecer seu sentido mais amplo e factual.

No totalitarismo, as liberdades eram do indivíduo eram suprimidas e o povo era subordinado ao poder sem limites do Estado. Na liderança carismática, os fascistas demonstravam muita importância à personalidade. O corporativismo substituiu os órgãos representativos como sindicatos comandados por representantes dos empresários dos trabalhadores e reuniam-se para dirigir e planejar a economia. O nacionalismo



afirmava que a nação era a forma suprema de desenvolver as comunidades humanas. O militarismo tinha na guerra um tipo de seleção dos mais fortes e capazes e um instrumento de fortalecimento e regeneração dos povos. Para Bernardo (2015):

O fascismo, forma absoluta de idealismo, encontrava corpo no partido, que era a emanção da vontade do chefe. O rigor da disciplina deve considerar-se como condição deste processo, e a violência era a expressão dessa atividade quando confrontada com a realidade exterior (p. 16).

No posicionamento histórico com relação ao fascismo pode ser cometidos erros ao descrever este fenômeno simplesmente como, segundo Silva, posicionamentos que só reconhecem na Alemanha do III Reich a existência de um verdadeiro fascismo ou, pelo contrário, negam ao nazismo qualquer relação histórica ou política como os demais regimes autoritários, que o antecederam ou lhe foram contemporâneos (SILVA, 2005, p. 118). O fenômeno fascismo decorrente na Europa ainda traz várias discussões sobre sua ideologia tendo em vista que “o ressurgimento do fascismo como fenômeno de massa hoje não pode ser explicado à luz dos fenômenos que pretensamente explicariam o fascismo nos anos 20 e 30” (IDEM, 2005, p. 121).

Depois de passar o inferno nas trincheiras durante a I Grande Guerra, Hitler cria um pensamento de não desistir mediante a batalha. A rendição alemã foi algo extremamente vergonhoso para aquele soldado franzino que na mocidade era desejoso de uma carreira artística e até pensara no caminho sacerdotal. Forjou seu caminho pelas veredas da guerra e depois pela política. O maior empecilho de Hitler na política foi sem dúvida o marechal Paul von Wundenburg, o herói da primeira Guerra, que em abril de 1925 venceu a eleição presidencial por sufrágio universal. Em todas as campanhas políticas Wondenberg ganhou, mas em 1935 Hitler alcança o cargo de Ministro.

O debate pertinente ao movimento fascista quanto o autoritário remete na história recente uma gama de fragmentos lançados nas teses dos historiadores para defini-los de como e por que foram adotados em alguns países durante o século XX. Em primeiro lugar é importantes afirmar que o fascismo não é necessariamente dependente do fascismo e nem o totalitarismo seja sinônimo de fascismo. Existem alguns apontamentos diferentes com relação à definição do fascismo de autores que trabalham sobre esse tema como Hannah Arendt, João Bernardo, José Carlos Mariátegue, Martin



Blinkhorn entre outros. Cada autor elabora uma explicação daquilo que é pertencente ao fascismo e daquilo que é do autoritarismo.

Se observamos, por exemplo, na forma de analisar o autoritarismo na Romênia em Arendt encontramos a expressão “não-totalitário” para dizer que houve um regime autoritário, embora que não se utilizou de toda força da ideologia propriamente dito como a autora refere-se a Mussolini, como alguém que se contentou com um regime unipartidário (1989, p. 358). Já Bernardo (2015) utiliza a Romênia para explicar que foi um país autoritário ao mesmo tempo contra o fascismo (p. 14).

A noção de fascismo teria mudado nas últimas três décadas como aponta Silva mediante ao surgimento de novos documentos pertinentes a história recente, o que eventualmente lança novas probabilidades a despeito do fenômeno fascio e autoritarismo, assim:

Embora constitua-se num tema clássico da História do Tempo Presente, e talvez num dos fenômenos históricos com mais ampla e contraditória bibliografia, o fascismo conheceu, após o final da década de 1980, uma vigorosa retomada de interesse, com novas abordagens e novas teorias explicativas. [...], o ressurgimento do fascismo como movimento de massas em países como a França, Itália, Federação Russa ou na própria Alemanha obrigou os pesquisadores a rever as análises do fascismo que o vinculavam diretamente à conjuntura do pós-Primeira Guerra Mundial. Assim, a historiografia anterior aos anos 80, de cunho por demais histórico, começou a abrir espaço para análises mais conceituais, onde o fenômeno fascista surge como uma possibilidade da moderna sociedade de massas, e não apenas de um período histórico determinado e já findo da aventura humana (SILVA, 2005, p. 113).

Silva, portanto, nos alerta que a história recente como o fascismo pode sair de um patamar histórico limitado e consegue ir além de uma simples implicação de território como foi na Alemanha nazista vista como principal articuladora do fascismo. A eclosão da Segunda Guerra Mundial não estaria ligada tão somente pela ascensão de Hitler ao poder, mas estaria também ligado na queda da Bolsa de Valores de Nova York que lançou todo mundo capitalista em uma Grande Depressão (GONÇALVES, 2005, p. 168). A crise que se lançou nos países ricos criou uma reação em cadeia que por sua vez proporcionou:



[...], os distúrbios e a busca de soluções acabaram por influenciar todos os demais países e criaram grandes comoções internacionais. Isso vale especialmente para a Alemanha. Lá, o inconformismo com o resultado da Primeira Guerra Mundial voltou imediatamente à tona. (...) E foi o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (conhecido pela abreviatura “Nazis”) aquele que mais soube explorar em proveito próprio o ódio que grande parcela da sociedade alemã nutria por aqueles que teriam amesquinhado a nação alemã quando do Tratado de Versalhes (GONÇALVES, 2005, p. 169).

Embora a Alemanha e a Itália possuíssem um governo totalitário não eram iguais. Hitler manejou um totalitarismo mais radical, mesmo estando com um país considerável pequeno para tal ação. O fascismo foi criado pelo ditador italiano Benito Mussolini entre 1925 e 1943. Entre outras palavras, o fascismo se identifica como “totalitarismo”, a liderança carismática, o corporativismo, o nacionalismo, o militarismo, o expansionismo e o companheirismo entre os nazistas. O nazismo adotou elementos estilísticos do fascismo, as semelhanças principais entre os dois foram à ditadura, o irredentismo territorial e a teoria econômica básica.

Com o tempo Hitler colocou os judeus no centro do alvo como se fosse uma espécie de bode-expiatório<sup>7</sup>, para justificar a execração da raça judia considerada culpada pelo fracasso alemão na Primeira Guerra. A ideologia nazista encontrou neles um motivo, uma afirmação que serviria de espinha dorsal para justificar a ascensão germânica e, com isso, tomar de súbito apoio das multidões que sentiam em seu líder segurança para poderem dar a volta por cima depois da humilhação do Tratado de Versalhes em 1919:

Com territórios perdidos e colônias confiscadas, a Alemanha sofreu a imposição de um duro baque para que não conseguisse voltar a combater. Foi proibida para sempre de construir carros blindados, tanques, artilharia pesada, submarinos ou uma força aérea. A esquadra de Alto-Mar foi capturada como butim de guerra, assim como a força mercante. Sua força naval deveria se restringir a seis pequenos encouraçados, seis cruzados leves, doze contra-torpedeiros e doze lanchas torpedeiras. O comando militar foi abolido e o exército restringido ao número de 100 mil homens. A Alemanha ficaria eternamente nua diante de seus inimigos (BUCHANAN, 2008, p. 109-110).

---

<sup>7</sup> Segundo Arendt (1989), os judeus foram tidos perigosos pelos nazistas mediante a um pretexto de conquistar as massas e, conseqüentemente, arrebatar o povo alemão que por, sua vez, estariam convencidos em aderir ao comando de seu Führer, desejoso pelejar contra tudo aquilo considerado ameaçador a então raça ariana. O povo judeu serviu de “cordeiro” que vai para o sacrifício em nome de um proposito maior.



A Alemanha ficou estagnada entre os anos de 1920 e 1930, por ter assinado o Tratado *depois que foi ameaçada de sofrer invasão e de assistir à inanição de seu povo, caso se recusasse* (BUCHANAN, 2008, p. 119); ao qual serviu de cunho objetivo em promover um governo de ascensão do Partido Nacional-Socialista e a chegada de Hitler ao poder em 1933. Das cinzas iniciou-se a construção de um novo Estado nazista que contagiaria as “massas”. Viria o sentimento de superioridade (orgulho alemão) que pairaria sobre a população. Assim, começava o genocídio nos campos de concentração através de um plano chamado “Solução Final” comandado por Adolf Eichmann. Segundo nos aponta Minerbi (2009):

O povo alemão era formado, segundo seu modo de ver, por uma maioria ainda não “contaminada” e era necessário fazer com que somente ela pudesse se reproduzir, de modo que o povo alemão se tornasse sempre mais puro. Essa progressiva “purificação” era, porém, obstaculizada, segundo Hitler, pelos judeus, responsáveis não somente pela eclosão da Primeira Guerra Mundial, mas também pela derrota do Reich e pela proclamação da república (p. 51).

Portanto, caso acontecesse de uma relação “inter-racial” entre alemães com outra “raça” seriam acusados de “contaminar” geneticamente o sangue alemão. A beligerância genética seria a contenção de uma raça homogênea. Caso houvesse uma discrepância no cumprimento do não relacionamento inter-racial, a pessoa ficaria com um símbolo de punição. Quando Hitler conseguiu efetizar o Terceiro Reich, teve sucesso substancial na economia da Alemanha através da industrialização o que consecutivamente favoreceu o investimento na reestruturação do armamento bélico dentro de uma organização política (NSDAP) que ao mesmo tempo compartilhava com o Partido Nacional Fascista da Itália alguns valores. Estavam alienados na direção em que a indústria cultural moderna tomava no século XX (GRAND, 2005, p. 37).

Mediante ao acontecimento da interação coletiva estabilizada entre líder e povo estabeleceram uma objetividade em comum: a superação. Para tal, podemos destacar quatro anos fundamentais:



- 1933 – Hitler tornou-se o chanceler da Alemanha. Para ascender ao poder de Estado, utilizou-se dos mecanismos legais e parlamentares da República de Weimar, que pretendia destruir (GONÇALVES, 2005, p. 169).
- 1934 – (...) tenta, sem êxito, a integração com a Áustria, o Anschluss (GONÇALVES, 2005, p. 170).
- 1935 – (...) anuncia o estabelecimento do serviço militar obrigatório, prevendo a formação de 36 divisões (cerca de 600 mil homens). (...), apoia a invasão da Etiópia e logra uma aproximação política junto a Mussolini (GONÇALVEZ, 2005, p. 170).
- 1936 – (...) um bem sucedido golpe contra o Tratado de Versalhes e, particularmente, contra a França; reintroduz as forças armadas alemãs na região da margem do rio Reno. (...), firmou o eixo Roma-Berlim e o Pacto Anti-Komintem com o Japão (GONÇALVEZ, 2005, p. 170).

Enquanto Hitler crescia seu poder na Alemanha, países como Inglaterra e França nada fizeram, mas, segundo Buchanan (2005), Churchill seria o homem que despertaria seu país para a grande ameaça crescente na Europa. Ainda há muito que se discutir sobre este período e neste trabalho considerando ainda incompleto propuzemos até aqui uma sutil abordagem da intencionalidade de Hitler em formar um regime totalitário forjado a ferro e fogo com um regimento militar que romperia tratados e, uma política dentro da formação do Terceiro Reich capaz de trazer para si uma nação inteira cheia de orgulho pelo ideário ariano.

No que diz ao livro didático do Ensino Médio é montada uma análise com seis tópicos na página 54, a partir da leitura de Michel<sup>8</sup> (1977) sobre as rejeições do fascismo para Marques e Berutti (2015), tentarem chegar a um conceito desse fenômeno político-ideológico:

1. Rejeição da democracia, considerada “podre”, porque sendo um regime de fraqueza dominado pelos grupos de pressão, é incapaz de salvaguardar o interess nacional.

---

<sup>8</sup> MICHEL, H. **Os fascismos**. Lisboa: Dom Quixote, 1977. p. 13-15)



2. Rejeição do individualismo; [...] dos direitos do homem; [...] porque o indivíduo não tem nenhum direito; apenas existe pela comunidade na qual se integra; precisa ser enquadrado e comandado.
3. Rejeição da sociedade liberal, porque a liberdade degenera em licença, e a licença em enfraquecimento da união do grupo; o grupo tem o direito de punir aqueles que se recusam se unir a ele.
4. Rejeição dum comportamento comandado pela razão, que abafa o impulso vital; o fascismo é uma reação anti-intelectualista; prega o culto da ação, proclama a virtude da violência.
5. Ao mesmo tempo, o fascismo combate o “socialismo marxista”, porque este é fundado na luta de classes e conduz à divisão e ao enfraquecimento da vida social.
6. Censura também a liberdade econômica, que permite aos fortes esmagar os fracos, e muitas vezes esconde o domínio de um povo pobre por outro mais rico.

Logo após os autores colocam uma pergunta para os discentes responderem sobre a incompatibilidade entre fascismo e a democracia. A questão presente nos vários autores presentes na discussão representam pontos de vista dos quais, segundas suas narrativas constroem o conceito nazifascista, o debate característico dessa ideologia ilumina o entendimento que ainda é tão profundo nos dias atuais quanto já analisado desde o término da Segunda Guerra Mundial. Existem muitos pontos para trabalhar o nazi-fascismo, sejam por fontes de diários, fotos, filmes, livros, símbolos e até pontos místicos são apresentados tudo intencionando ampliar a forma em que podemos ver o poder ideológico que ainda pode pairar na atualidade, portanto cabe analisar e confrontar as bases teóricas encontradas nos livros didáticos com relação à provocação de Silva (2005) pertinente as novas discussões que vão para além do horizonte fenomenológico.

A dimensão do discurso sobre os regimes autoritários são imensos e neste capítulo pretendi apenas elucidar um pouco dos autores e os processos que entendem este tempo ao qual pode proporcionar novo sentido e significado para se entender o acontecimento devastador que foi a Primeira e Segunda Guerra Mundial, e os líderes fascistas que dela nasceram e morreram, mas o espectro pode ainda estar pairando no ar a espreita de



conseguir surgir das cinzas como a fênix mitológica, como uma repressão da crise econômica dentro de algum país democrático onde pode subjugar a fenomenologia criando outras manifestações de interesse político de acordo com a realidade da nação que dela procurar resposta que melhor agrada.



## **CAPÍTULO 2 – O NAZIFASCISMO NO CONTEXTO DO LIVRO DIDÁTICO – ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO**

*Ainda vão todos voltar e vão voltar todos juntos  
Ainda vão todos voltar para assombrar o mundo*

(KGB, Titãs)

A letra da música KGB dos Titãs na descrição acima faz referência justamente ao possível retorno aos movimentos autoritários, mesmo em tempos de paz estão acordados e intencionados a agirem. Muito das vezes pode parecer que a ideologia fascista está demasiado distante, há uns 76 anos no passado. Veremos, no entanto, o que traz na narrativa do livro didático. A priori o 9º ano do Ensino Fundamental organizado pelas autoras Anastia e Ribeiro (2016) referente ao fascismo. Mas, tudo começa no Tema 3 com o título Era da catástrofe: crise econômica e radicalização política. Depois será a vez do livro didático do Ensino Médio do 3º ano trabalhado pelos autores Marques e Beirutti (2015).

No livro intitulado Encontros com a História, há distintos pontos estratégicos para começar a explicação sobre a origem do autoritarismo desde o primeiro tópico: Anos 1920: prosperidade e crise onde serão levantadas questões pertinentes ao antagonismo econômico estadunidense – da prosperidade – da Grande Depressão – e da recuperação econômica (p. 48 a 57). A seguir no módulo 3. Do liberalismo ao totalitarismo, pertinente também na palavra “crise” como vetor forjador de ideologias antidemocráticas (p. 58 a 60).

No módulo 4. Nacional-socialismo italiano trata da escala do fascismo, do mesmo ponto interpretativo de Silva (2005): A palavra fascismo é originada *fascio* e significa feixe, fardo de varas e era um símbolo da autoridade do Estado (ANASTASIA & RIBEIRO, 2016, p. 61). O termo fascismo deriva de uma antiga expressão latina, *fascio*, que denominava o feixe de varas carregado pelos litores, na Antiga Roma, e com os quais se aplicava a justiça (SILVA, 2005, p. 112). Em primeiro momento, as autoras apresentam aos discentes do 9º ano o significado etimológico de fascismo para em seguida lançar o campo geográfico – Itália – como foco da discussão e sem, evidente,



colocar na equação seu criador – Benito Mussolini. O que Rüsen fala da necessidade da identificação histórico quanto ao recorte temporal, o lugar e sobre quem se fala.

Eventualmente serão mostrados linearmente alguns passos importantes do crescimento desta ideologia e de seu criador. São apresentadas duas fases do fascismo entre 1922-1925: implantação do regime e 1925-1943: ditadura fascista. Na primeira fase, segundo as autoras, Mussolini utilizou várias formas para eliminar seus oponentes consolidando assim seu poder e ideias do Partido Fascista, o que necessariamente temos alguns adjetivos dessa ideologia: terrorismo, repressão, perseguição, prisão e assassinatos (p. 61). Além de usarem de estratégias sofisticadas para ganharem aprovação do povo, como a propaganda, controle da imprensa e da educação (p. 61). O resultado fortuito foi positivo sendo que em 1924, os deputados fascistas passaram a ser maioria no Parlamento (p. 62).

Já na segunda fase, Anastasia e Ribeiro, ampliam mais quatro tópicos basilares explicativos na página 62:

- Criação de mecanismos legais para perseguir, controlar e eliminar seus opositores.
- Aliança e neutralização da Igreja Católica.
- Criação do Estado corporativo
- Incentivo à expansão imperialista da Itália.

Nestas pontuações, embora o conteúdo seja basilar, seja cabível para a compreensão dos discentes pela forma que o fascismo italiano foi articulado para enraizar e progredir juntamente ao conjunto social que nele passou a comandar. Embora o fascismo esteja ligado a Mussolini, não há dentro de qualquer literatura didática um conceito capcioso como coloca-lo na figura de um grande líder de igual modo é colocado incansavelmente Hitler e Stálin, ambas as figuras do autoritarismo, ao que Silva (2005) informa:

Um elemento recorrente na literatura que adota conceito é a ênfase nos procedimentos ora do conjunto do aparelho político (partido, Estado, forças armadas, polícia secreta etc.), ora na liderança e condução incontestada do grande líder (daí hitlerismo, stalinismo, etc.), pautando-se sempre por uma



ausência notável de qualquer análise da participação das chamadas massas populares (p. 119-120).

Uma narrativa faz muito diferença para o entendimento de qualquer conteúdo histórico, o contrário disso pode-se levar a discernir elementos importantes o oposto do ocorrido. Anastasia e Ribeiro (2016) mantem neutralidade no momento de mostrar os acontecimentos em colunas distintas como se não houvesse alguma parceria dos líderes como foi o caso do pacto/parceria entre a Alemanha nazista com a União Soviética de Stálin feita no dia 23 de agosto de 1939, conhecido como pacto Ribbentrop-Molotov e o pacto de Aço, ou Pacto da Amizade, que foi entre Alemanha e a Itália, sendo um acordo político e militar assinado no dia 22 de maio de 1939.

Quem melhor deu uma explicação mais detalhada entre a aliança da “Amizade” entre Itália de Mussolini e a Alemanha de Hitler foi Buchanan (2008) em sua obra Churchill, Hitler e a Guerra Desnecessária. Segundo ele, a atitude de Il Duce para com Hitler pode ser resumida numa palavra: desprezo. Mas a admiração de Hitler por Il Duce beirava a adulação (p. 177). Mussolini chegava a considerar um insulto ao seu fascismo quando comparado do nazismo de Hitler:

Ambos são sistemas autoritários, ambos são coletivistas, socialistas. Ambos os sistemas se opõem ao liberalismo. No entanto, o fascismo é um regime enraizado na grande tradição cultural do povo italiano; reconhece o direito do indivíduo, admite como verdadeiras a religião e a família. O nacional-socialismo (...) é barbarismo selvagem; o chefe tribal tem o poder sobre a vida e a morte de seu povo. Assassinato e extermínio, saque e pilhagem e chantagem são coisas que ele costuma produzir (BUCHANAN, 2008, p. 184)

Neste caso, há um contraponto importante para averiguar os acontecimentos com maior visibilidade, a partir do momento em que é apresentada a formação de um pacto – Roma-Berlim – por estratégias políticas. O que levou Mussolini a querer aliar-se com a Alemanha foi seu fracasso na Guerra da Abissínia. As tropas italianas tinham um número considerado de soldados com armamentos modernos para combater tribais africanos; mesmo assim, foi uma carnificina (BUCHANAN, 2008, p. 201). E Mussolini não pretendia deixar isto de lado, a Inglaterra que até então tentava manter parceria acabou perdendo a Itália graças a sua diplomacia e no dia 15 de julho de 1936, a Liga



das Nações suspendeu as sanções contra a Itália. [...] Mussolini já havia se juntado ao Hitler que tanto detestava (Idem, 2008, p. 206).

Mostrado os dados fundamentais que dão sentido ao ideário fascista na pessoa de Mussolini dentro da Itália é seguido do módulo 5. Nacional-socialismo na Alemanha. Até aqui, o processo narrativo é preciso com uma ação histórica datada e não tendo nenhum apontamento fora desta órbita como propõe Silva (2005). Outro dado interessante é a ausência da foto de Mussolini e de ter apenas um fotinho modesto de Hitler que normalmente aparecem mais grandiosos para elucidar o conteúdo. Imagens ajudam na identificação do sujeito e Hitler quanto Mussolini são exaustivamente usados em conteúdos abordadores da Segunda Guerra Mundial.

No tópico 5 há elementos sobre a ascensão do nazismo ao qual começa a narrativa no entre guerras (1919-1939). É focada a crise sofrida pela Alemanha mediante ao resultado da guerra que culminou na crise econômica em 1923 quando a inflação atingiu 400% ao mês, e em 1930, reflexo do crash de 1929, que praticamente faliu a economia alemã –, a situação política e social era grave (ANASTASIA & RIBEIRO, 2016, p. 63). O que foi pertinente para o surgimento e fortalecimento de ideias antidemocráticas, pois antes, o país era um império passou a se chamar República de Weimar em 1918 (idem).

As autoras justificam como um fator resultante para o surgimento do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, formado por ex-combatentes da Primeira Guerra Mundial e jovens nacionalistas (ANASTASIA & RIBEIRO, 2016, p. 63). Mas seria um erro encarar o “Fascismo” meramente como manobra defensiva de uma burguesia reacionária e desesperada para desviar uma revolução inevitável. Os movimentos fascista e nazista eram expressões da expansão burguesa e de seu desejo de ver a sociedade organizada de modo a favorecer sua contínua ascensão social (GRAND, 2005, p. 29).

A questão é mais complexa e capciosa que pode ser pertinente inserir no livro didático; daí uma fórmula mais simples para tratar de questões polícias para uma turma do 9º ano que estão no início da abordagem nazifascista. Interessante, mas pode se tornar maçante e correr o risco de desperdiçar um recorte temporal de tamanha importância quanto este. O que notamos na historiografia com relação ao regime nazi-fascista, muito das vezes é a construção feita de forma generalizada, abrangendo um



exteriótipo sobre o papel desse acontecimento que se fixa apenas como um período obscuro.

O holocausto como único fator promovido pelo nazismo e este, por sua vez, um objeto de capricho de Hitler, provocador da destruição em massa com uma ação extremista e que ninguém sabia de seu intento maquiavélico. A relativização dos historiadores pelo Terceiro Reich, também entra como um componente de discussão do construto histórico. Assim poderia ficar marcado na história que o nazismo se resumiria apenas como um fenômeno monstruoso; o que implicaria desaparecer fragmentos importantes e significativos durante o período em que Hitler esteve no poder e o que estaria por detrás de seu objetivo.

O que o governo nazi representou para os outros países, o apoio pelos simpatizantes políticos e de que forma até onde o povo alemão sabia da atuação de Hitler e sobre os campos de concentração, são algumas questões lançadas para se ter clareza sobre a história sem repudiá-la e sem fazer dela algum tipo de apologia ao período estudado. No posicionamento histórico com relação ao fascismo podem-se cometer erros ao descrever este fenômeno simplesmente como, segundo Silva (2005), posicionamentos que só reconhecem na Alemanha do Terceiro Reich a existência de um verdadeiro fascismo ou, pelo contrário, negam ao nazismo qualquer relação histórica ou política como os demais regimes autoritários, que o antecederam ou lhe foram contemporâneos (p. 118).

O próximo tópico de Anastasia e Ribeiro (2016) trata sobre “Os nazistas no poder”, começando na década de 1930, como consequência do colapso econômico, os nazistas conseguiram eleger 107 deputados para o Reichstag, tornando-se numa importante força política (p.64). Fato semelhante com a assensão de Mussolini na Itália, com o gradativo aumento de membros fascistas nas cadeiras do Parlamento na década de 1920. Mas, ainda não foi a total glória de Hitler, ficando com o título de chanceler, pois seu opositor Paul von Hindenburg foi eleito presidente da República (idem). Embora Hitler tenha chegado ao poder pela via constitucional, os próximos anos definharia a democracia alemã como é abordado no livro didático ao apontar seis datas em especial presentes na página 64, com colocações mais específicas apresentadas por Gonçalves (2005):



- 27 de fevereiro de 1933 – aprovação de um decreto suspendendo os direitos e liberdades dos cidadãos;
- 7 de março de 1933 – aprovação do Ato de Autorização, concedendo ao chanceler o poder de decretar leis sem a aprovação parlamentar, por quatro anos;
- 7 de abril de 1933 – decretada a Lei do Funcionalismo Público, que definia o expurgo dos cargos públicos de judeus, socialistas e qualquer pessoa contrária ao regime;
- 14 de julho de 1933 – instituição do unipartidarismo. O Partido Nazista passou a ser o único partido político legal na Alemanha, todos os outros foram proibidos e vários de seus líderes, presos ou assassinados;
- 30 de junho de 1934 – para conseguir o apoio do exército para o programa de rearmamento e sua continuação no poder, Hitler ordenou que as tropas da SA fossem eliminadas numa emboscada conhecida como “Noite dos Longos Punhais”, quando mais de 3000 membros da SA (entre eles o chefe da SA e amigo pessoal de Hitler, Ernst Röhm) foram assassinados;
- Agosto de 1934 – o presidente da Alemanha, Hindenburg, morreu e Hitler assumiu a Presidência, concedendo a si mesmo o título de Führer, líder absoluto do novo Império Alemão.

As datas elucidam para os discentes do 9º ano um processo ao qual o personagem Hitler está inserido dentro da História com um paradigma linear, ou seja, ordenado pelas ações e reações do tempo. Doravante, seguem na página 65: “As práticas totalitárias”, como justificção do modelo político usado na Alemanha que é o autoritarismo, fruto do nazismo em que as autoras abordam como: terrorismo político (ex: Gestapo e a polícia secreta SS), censura e propaganda (ex: rádio, jornais, revistas, cinema e etc.) e festas e concentrações cívicas (ex: gigantescas festas, manifestações, desfiles e comícios eram organizados para promover o apoio popular e reforçar o poder e a grandeza do Terceiro Reich).

A ideia principal aqui está na transformação econômica da Alemanha tendo a produção nacional aumentada mais de 100% entre 1933 e 1938; o número de desempregados caiu de 6 milhões para 1 milhão e eliminou a hiperinflação (ANASTASIA & RIBEIRO, 2016, p. 65); ao que Le Bon (2008) no sua Psicologia das



Multidões, diz que a multidão se curva servilmente perante uma autoridade forte (p. 55). Neste caso é de considerar as ações adjuntas do poder que Hitler conseguiu tirar a Alemanha do estado deplorável do pós-guerra.

O próximo passo é falar sobre o “Antissemitismo”, para mostrar que havia uma ideia da superioridade da raça ariana (p. 66). Aqui temos um texto bem sóbrio que alcança seu objetivo central com uma narrativa simples seguindo os passos que o nazismo utilizou para amordaçar os direitos dos judeus como proibindo de casar com alemães ou de fazer uso da educação pública, além de terem suas propriedades e bens confiscados (idem). Entra a violência e o aumento do desprezo dos alemães que os proibiam de frequentar estabelecimentos e em 1938 aconteceu a “Noite dos Cristais” onde várias vitrines de lojas judaicas foram destruídas por jovens nazistas (ibidem).

Os campos de concentração finalizam o texto de forma rasa e rápida sem levantar algum enfoque mais esclarecedor do motivo da Solução Final ou Holocausto e termina com uma pequena nota explicando “Quem são os judeus”. Arendt (1989) consegue fazer uma observação profunda em que adentra na concepção mais psicológica ou quem sabe antropológica dos atos nazistas para com o povo judeu ao desmitificar o rótulo de malignidade dos alemães. Pra ela, os alemães mesmo com atos violentos contra os judeus, não levavam isso como algo errado, mas sim um dever como qualquer outro, e ao chegarem e suas casas liam histórias de dormir para seus filhos, frequentavam cinema normalmente, namoravam e no dia seguinte dispostos a torturarem e matar judeus quase como um emprego comum.

E para finalizar o Tema 3, entra o tópico 6. Expansão dos regimes autoritários (p. 67 a 69), seguido do subtítulo Mundialização do autoritarismo; temos aqui colocações a despeito da crise do liberalismo que tornou-se mundial a partir do início dos anos 1930 (ANASTASIA & RIBEIRO, 2016, p. 67). Ao que as autoras fazem um pequeno texto relatando que embora cada país tivesse suas particularidades históricas, pode-se perceber que a crise econômica, a ampliação dos conflitos sociais devido à pauperização dos trabalhadores e o conseqüente avanço dos partidos e organizações de esquerda (tendência socialista) foram elementos comuns que levaram ao endurecimento político em diferentes países do mundo (idem).

Destaque para o exemplo de Portugal, ao qual as autoras lançam também um país não discutido sobre o tema fascismo, mas aqui temos um território tenso que desde 1910



quando foi proclamado a República (ANASTASIA & RIBEIRO, 2016, p. 67). E em 1926, a crise provocou conflitos sociais, levando a elite a apoiar as propostas nacionalistas ditatoriais e antissocialistas do general Carmona. Mas a figura central é o ministro da Fazenda, Antônio de Salazar, que propôs medidas econômicas que agradaram aos empresários, o que fortaleceu sua imagem política, e com isso, em 1933, Salazar assumi o cargo de primeiro-ministro, não demora muito para impor ao país uma nova constituição de natureza fascista e autoritária, conhecida como salazarismo (idem).

Parece que as histórias dos ditadores não são muitos diferentes, nascendo de uma crise, propõem saídas para o país, sobem de poder gradativamente e colocam medidas fascistas, assim, podemos observar que o hitlerismo não só aponta a Alemanha, ou mesmo a Itália de Mussolini como pontos únicos que utilizaram de uma ideologia política antidemocrática relatada na discussão de Silva (2005). Com essa informação ajuda a direcionar o estudo com maior dimensão sobre o mapa geográfico do fascismo. E que o autoritarismo foi elemento presente na América Latina, segundo as autoras, surgiram de forma tardia e se adaptaram conforme a realidade de cada país tendo como exemplo da influência fascista: Jorge Eliezer Gaitán, na Colômbia; Juan Domingo Perón, na Argentina; e Getúlio Vargas, no Brasil (ANASTASIA & RIBEIRO, 2016, p. 67).

No Japão bem como na Europa, o turbilhão da crise econômica levou soluções políticas reacionárias e autoritárias, o que para as autoras, a Monarquia japonesa da Era Meiji assumiu características nitidamente nacionalistas e militaristas dando ao país uma conotação fascista, além de querer impor sua supremacia e liderança na Ásia tendo como alvo de seu expansionismo a China, a Malásia e as Filipinas (ANASTASIA & RIBEIRO, 2016, p. 68). E para finalizar, destaque também para a Guerra Civil Espanhola ocorrida entre 1936 e 1939 que foi motivada pelo golpe militar para impedir a posse de uma coligação de partidos liberais e socialistas. E sob o comando dos generais Francisco Franco e Emilio Mola, com o apoio dos partidos conservadores e setores da classe média e da Igreja Católica, as tropas do exército tentaram derrubar o governo republicano (idem, 2016, p. 68-69).

Temos aqui um trabalho desenvolvido a cerca da estrutura genealógica do fascismo fixada na fenomenologia histórica, pertinente apenas à primeira metade do século XX e não há elo com a contemporaneidade provocada por Silva (2005) que possa



lançar alguma contemplação sobre a ideologia do fascismo como algo que possa existir ou vir a surgir dentro de algum país democrático. Ao que parece para o autor, ser a retratação de indivíduos como Hitler e Mussolini que propunham um mesmo programa, partilhavam a mesma concepção de mundo, criavam mecanismos similares de manipulação de massas, votavam o mesmo ódio (p. 124).

No tema 5. Segunda Guerra Mundial tendo por primeiro tópico Europa se prepara para a guerra, observa-se a continuidade sobre o elemento da causalidade da mesma, mais conhecida como entreguerras onde Anastasia e Ribeiro (2016), falam que foi marcado pela instabilidade política, econômica, o desemprego e a crescente concentração de renda agravaram o quadro de radicalização e de brutalização política (p. 86). A culpabilidade é direcionada na crise econômica o que também encontraremos elementos disso no livro didático do Ensino Médio. Serão apresentadas desde os preparativos (p. 87-89) até as três fases da guerra (p. 90-95). A finalização vem no tópico 3. Resultados e consequências da guerra onde as autoras direcionam a narrativa para o surgimento de novos horizontes como a criação das Organizações das Nações Unidas (ONU) (p. 96).

Para mais procurar entender o contexto didático, passemos agora para o livro didático do Ensino Médio. No primeiro momento Marques e Berutti (2015) lançam o tema sobre o **Imperialismo** do **Capítulo 1. O Imperialismo, as guerras mundiais e os grandes processos revolucionários do século XX** (p. 11). O texto deixa bem no início a etimologia da palavra “imperialismo”, sendo está um termo advindo do latim que significa “ter o poder e mandar”, além de corresponder ao processo histórico de expansão, conquista e dominação econômica imposta por uma ou mais nações (idem). É o processo que interliga o século XIX com o XX, necessariamente 1875 e 1914 que é o período de maturidade do imperialismo (ibidem).

Para Marques e Berutti (2015), a linha de pensamento dos historiadores e principalmente dos marxistas consideram o Imperialismo como principal “motor” das duas guerras mundiais, tendo nesta perspectiva, o entendimento como guerras “de redivisão de mercados, colônias e áreas de influência” (p. 11). Entre outras palavras, é colocado aqui uma maneira de entender o fenômeno do Imperialismo através de uma ideologia marxista que não é muito distante do livro didático, ao que é anexado no Texto 1 A Primeira Guerra na perspectiva da concepção marxista-leninista da História



(p. 35). Já no Texto 2 A Primeira Guerra Mundial e a força da tradição, onde tem apenas um trecho de Mayer (1987), há uma imersiva leitura sobre a culpabilidade central do Grande Guerra está na queda dos antigos regimes enquanto perdiam terreno para o capitalismo industrial (MARQUES & BERUTTI, 2015, p. 35).

A ligação mais pertinente do passado com o presente está na imagem do guerrilheiro Che Guevara, mas distante da proposta de Silva (2005) onde objetiva dar continuidade da discussão entre um fato histórico com a possível inserção ideológico de algum país que o acopla, assim, fica pertinente instigar problemáticas com relação a alguma crise econômica e se por isso, seria a oportunidade de se criar novos regimes autoritários. No Brasil, por exemplo, há o que discuta sobre a posse do novo presidente mediante a crise econômica, custando o impeachment de Dilma Rousseff.

A discussão torna-se válida a partir do momento em que alguns fatores começam a fazer sentido pela comparação com os atos de governantes fascistas, não que isso signifique imediato resultado conclusivo de que Michel Temer seja autoritário, a título de exemplo, a PEC 241 gerando polêmica, pois estaria ferindo a Constituição Federal, e nem afirmar que o Brasil seja fascista. Neste sentido, Bernardo (1988), faz uma indagação justamente relacionada a este parâmetro, mas refutando aos movimentos contemporâneos animados por partidos comumente apelidados de fascistas – como citado acima – mais como insulto do que qualificação rigorosa (p. 1334). Em sua pesquisa procurou encontrar o fascismo que se inscreve verdadeiramente na extrema-direita radical, quando não simplesmente conservadora, embora salpicada com um pouco de populismo. E conclui:

Refiro-me à possibilidade, ou impossibilidade, de ressurgimento daquele quadro que considero clássico, resultante da articulação de um eixo endógeno composto pelo partido, as milícias e os sindicatos e um eixo exógeno formado pelo exército e as Igrejas (BERNARDO, 2015, p. 1334).

Marques e Berutti (2015) utilizam uma página e meia para abordar sobre o “ícone” Che Guevara para apenas resplandecer uma imagem que é estampada em camisas, bandeiras, e em um monte de objetos e o centro da discussão gira em torno do antagonismo – herói/vilão – preambulando nos anais da história; acontece que o contexto consegue alcançar lucidez ao colocar essa história como exemplo de retirar um



determinado poder político e inserir outro, dado a vinculação de Cuba com a União Soviética, sendo uma ameaça aos interesses geopolíticos norte-americanos na região, além de se contrapor à ordem capitalista (p. 13).

O Imperialismo é expelido de várias maneiras para explicar a mesma coisa sem progredir muito no livro didático, o que pode ocasionar confusão para os discentes ao depararem com subtítulos em que se discutem o mesmo contexto histórico. O assunto da Primeira Guerra Mundial é apresentado de maneira não determinada, ou melhor, contendo uma não unanimidade sobre a origem desta, ao que os autores partem da ótica historiográfica marxista como Lênin e Rosa de Luxemburgo, justificando a guerra pelos conflitos imperialistas (MARQUES & BERUTTI, 2015, p. 34). Além de darem três pontos salutares que teriam desencadeado a Primeira Grande Guerra: a expansão imperialista, o rompimento do equilíbrio europeu e o nacionalismo (idem, 2015, p. 35).

A forma em que Anastasia & Ribeiro (2016) e Marques e Beirutti (2015) trabalham sobre o surgimento de regimes nazifascistas não são muito diferentes, pois utilizam linguagens e apontamentos do mais simples ao mais complexo, levando em conta o ano escolar dos discentes. Para Caimi (2002), o autor de livros didáticos, assim como o historiador, faz opções entre diferentes temas, periodizações, fontes, métodos, etc., os quais são condicionados pela época em que vivem, pelo seu lugar social, pela sua visão de mundo. Encontramos assim traços de singularidades na hora da construção de conteúdos válidos onde podem preencher as páginas devidamente compreensíveis, mas não estão isentas de dificultar o entendimento mediante a alguma metodologia demasiada confusa.

Procurar um método claro e objetivo faz muita diferença para esclarecer o assunto estudado em questão, e por isso, Silva (2005) procura justamente uma fenomenologia do fascismo, os diversos elementos que compõem a linguagem desta ideologia, antes de qualquer processo de desconstrução ou de desvelamento, promover uma análise da linguagem fascista no interior da rede de discursos da direita, da qual se nutre e se destaca, permitindo desta forma sua emergência plena, límpida (p. 126). É importante analisar a profundidade deste fenômeno no modo em que é discutido em suas novas perspectivas e como pode ser estudado pelo livro didático. Ambas as formas nos trazem a tona um poder que não pode ser considerado exclusivista de um ou dois lugares (Itália



e Alemanha), mas ela eclodiu e pode vir a eclodir em outras áreas do mundo. Doravante:

Ao contrário das análises estruturalistas, interessa-nos levar a linguagem do fascismo a sério, e não apenas como um véu que o historiador desvela. Contudo, não nos interessa, também, refazer a história como narrativa da história. O método aqui é a identificação da união permanente da linguagem e de ação dos agentes centrais do fascismo, “a exposição de sua própria linguagem, por sua própria consciência e de acordo com a forma que é exposta por estes e conforme a doutrina exposta por suas lideranças”, comparando com sua práxis, ou seja, a organização, o estilo e a impulsão diretiva do fascismo (SILVA, 2005, p. 127).

Discernir a linguagem do fascismo pode implicar em dar forma ao seu conceito, ou, o mais cabível no plural, “conceitos”, na concepção de Silva (2005) deve fazer “coerência da sua enunciação”, mesmo levando certa discordância para outras lógicas. Neste sentido, o livro didático traz para si elementos narrativos de linhas teóricas diferentes, como é o caso dos autores Marques e Berutti (2015) ao proporem uma leitura sobre o gênese do fascismo através da ótica marxista, mas com certo equilíbrio para não tornar a discussão focada em apenas num ponto de vista. Outro ponto que o texto do livro didático aborda é sobre o nacionalismo delirante, onde os autores utilizam da leitura do historiador Luiz César Rodrigues (1988<sup>9</sup>) para explicar a insurgência de grupos patrióticos na Alemanha do II Reich, lançando uma simples linguagem ao qual é destacada a Liga Pangermânica, fundada em 1893.

Temos na página 38 um pequeno tópico que fala sobre a “corrida armamentista” como fator definidor do nacionalismo, o que para os autores:

[...] atendeu em grande parte, aos interesses da indústria de armas. Ele contribuiu para que houvesse, às vésperas de 1914, uma corrida armamentista. Acreditava-se que, se todas as potências estivessem muito bem armadas e possuíssem poderosas forças militares, a guerra poderia ser evitada. Esse conceito ficou conhecido como paz armada (MARQUES & BERUTTI, 2015, p. 38).

Os autores complementam com uma tabela com dados relativos ao poder naval das grandes nações em 1914, revelando a rivalidade anglo-germânica que não se

---

<sup>9</sup> (RODRIGUES, L. C. B. **A Primeira Guerra Mundial**. São Paulo: Atual, 1988. p. 17).



limitava ao campo industrial e às disputas imperialistas; são apresentados os países: Rússia, França, Grã-Bretanha, Alemanha e Áustria-Hungria (p. 39). A seguir Marques e Berutti (2015) apresentam um texto do historiador Eric Hobsbawm<sup>10</sup> com o título “Da paz à guerra” (p. 39-40), onde é abordada a evolução das armas e da apropriação de algumas potências sobre elas, afirmando que “a Europa não foi à guerra devido à corrida armamentista como tal, mas devido à situação internacional que lançou as nações nessa competição” (p. 40). É exposta de maneira linear, passo a passo sobre os pontos que levaram a eclosão da Primeira Grande Guerra sendo levado em conta “A política de Alianças, As questões balcânicas e O incidente de Sarajevo” (p. 40-41).

Em seguida, são apresentados mais dois textos complementares sendo o primeiro o depoimento de um sargento inglês que esteve nas trincheiras e o segundo é um trecho da obra de um ex-combatente da Primeira Guerra chamado Erich Maria Remarque (1898-1970), cujo livro “Nada de novo no front” faz referência “a uma geração de homens que, mesmo tendo escapado às granadas, foram destruídos pela guerra” (MARQUES & BERUTTI, 2015, p. 43-44). O link utilizado pelos autores para retratar a horrores da guerra são úteis na composição do contexto tecendo uma rede de informações heterogêneas através de depoimentos que são fontes de memórias em que viajam pelo tempo e se conectam com o presente, embora que isso ainda só ajude a comunicar com o evento historiográfico como uma fenomenologia.

Depois em que os discentes passam pelos acontecimentos da Primeira Guerra Mundial entre no centro da discussão uma rápida reflexão sobre o peso da medida restado para o grande perdedor, Alemanha, no Tratado de Versalhes realizado do dia 28 de junho de 1919 onde seria a mola propulsora da Segunda Guerra pelos atos futuros de Hitler quando oferta aos alemães a solução de saírem da crise, mas quebraria muitas condições do tratado, servindo de ponte ligando direto para a Segunda Guerra Mundial dado início na página 51 do livro didático. A discussão fala sobre a causalidade da ascensão do nazi-fascismo, a crise já vem como ponto central, ao que os autores abordam dentro do entre guerras uma vez que, na década de 1930 a “recessão, desemprego, colapso do comércio internacional e falências eram apenas alguns dos grandes problemas da economia mundial” (MARQUES & BERUTTI, 2015, p. 51).

---

<sup>10</sup> HOBBSAWN, E. J. Da Paz à guerra. In: A Era dos Impérios: 1875-1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 424.



Assim, o texto complementar será justamente sobre a quebra da Bolsa de Valores de Nova York e suas implicações dentro das mudanças ocorridas na posse do presidente Roosevelt e seu projeto New Deal é elaborado na página 52 e 53 do livro didático como um guia de um mapa justamente para que os alunos tenham noção da onde nasceu à crise e a saída para esta “grande crise do capitalismo em escala global”, marcando o período por uma “grave crise dos valores democráticos e da ideologia liberal” (MARQUES & BERUTTI, 2015, p. 53). Doravante, seguindo no eixo da discussão, os autores lançam agora a construção e ampliação do sistema ideológico fascista, já que a insegurança apavorou os empresários capitalistas liberais. Silva (2005) se atem a questão do liberalismo e ainda do posicionamento do fascismo com relação ao parlamentarismo da seguinte forma:

O fascismo acusa as formas liberais de organização e de representação, em especial o parlamentarismo liberal, de originarem a crise contemporânea. Aqui as posturas antiliberais tomam duas dimensões: de um lado, a ideia de falência do sistema liberal e, de outro, o caráter geneticamente desagregador do liberalismo. No primeiro caso, o sistema montado no século XIX, fruto da Revolução Francesa de 1789, não mais daria conta das novas condições de desenvolvimento da sociedade de massas contemporâneas, contraditoriamente gerada pela própria Revolução Francesa e pelo domínio liberal ao longo do século XIX (SILVA, 2005, p. 127-128).

Silva (2005) transporta a analogia da causalidade justificativa do fascismo como fruto nascido da Revolução Francesa que por sua vez gerou o liberalismo, e consequentemente geraria o fascismo como resposta ao considerado discrepante da ordem econômica. Marques e Berutti (2015) já não vão até a Revolução Francesa e partem para o Imperialismo e suas facetas, apenas justificam que a ideologia liberal foi responsável pelo fascismo:

[...] cujos modelos clássicos foram implantados na Itália, a partir de 1922, por Benito Mussolini; e na Alemanha, a partir de 1933, sendo que neste país a experiência fascista ficou conhecida pela expressão nazismo, em uma referência ao Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (nacional-socialismo, em alemão, nationalsozialismus), fundado após a guerra e cuja principal liderança era Adolf Hitler (MARQUES & BERUTTI, 2015, p. 53).



Silva (2005) quanto Marques e Berutti (2015) buscam encontrar a fonte em que o fascista culpa pela crise econômica. Silva possui maior amplitude para destrinchar o conteúdo referente às novas discussões sobre o fascismo já que sua colaboração na obra *O século XX* é justamente apresentar algo novo dando valiosa contribuição à historiografia onde cabe à interrogativa se os livros didáticos poderiam implicar também o confronto histórico com referenciais da atualidade cada vez mais representados em filmes já citados aqui, como exemplo da percepção do autoritarismo de cunho fascista. Silva (2005) ainda enriquece sua análise perceptiva do novo Estado substituto do Estado liberal, quando surge uma nova relação entre povo e liderança baseado no *Führerprinzip* (princípio da liderança) que dava poder ilimitado e absolutamente irresponsável, ou seja, não regrada por qualquer dispositivo legal (p. 134).

Marques e Berutti (2015) utilizam imagens condizentes das propagandas nazistas e fascistas como dispositivo de persuadir a população segundo a ideologia autoritária, é observado no livro didático um cartaz que pregava o combate contra ao Bolchevismo na Alemanha, o segundo retratando tropas da guarda pessoal de Mussolini, o terceiro cartaz o “camisa negra” protege a pátria, o quarto cartaz traz a imagem de Hitler imponente e condutor da nação, o quinto cartaz traz a ideia antissemita e o sexto cartaz fala da propaganda eleitoral trazendo Hitler como concorrente eleitoral nos anos 1930 da Alemanha (p. 57-58). O próximo passo dos autores, por fim, narra às origens da Segunda Guerra Mundial.

Sobre o olhar da historiografia marxista, o contexto leva a entender a guerra como resultado da necessidade em que algumas potências capitalistas sentiram de redefinir a ordem mundial e redividir mercados e utilizam a concepção de Hobsbawn para exemplificar a origem das duas guerras como indissociáveis quanto suas origens (MARQUES & BERUTTI, 2015, p. 58-59). O texto fixa na organização dos dois blocos antagônicos, de um lado as potências emergentes fortemente militarizadas e dispostas a ampliar seus espaços na economia mundial, o Eixo (Alemanha, Itália e Japão) e o Eixo que possuíam as potências tradicionais e democráticas (Grã-Bretanha, França e Estados Unidos) (Idem, p, 58). As potências do Eixo são determinadas através da concepção político-ideológica no formato totalitário e o Eixo tradicional de caráter democrático-liberais.



Cada núcleo de Eixo está subentendido como duas áreas de interesse comum se visto da forma de objetivarem o controle maior sobre a economia. Durante a abordagem sobre a Segunda Guerra os textos foram organizados em tópicos ressaltando além das origens, narram sobre a política de apaziguamento como referência ao não envolvimento das nações democráticas com relação às agressões ocorridas como está em destaque a invasão da Mandchúria (região pertencente à China) por tropas japonesas em 1931, a invasão da Etiópia, em 1935, por tropas italianas, a remilitarização da Renânia, em 1936, a Guerra Civil Espanhola 1936-1939, a anexação da Áustria e da região dos Sudetos em 1938 pela Alemanha (MARQUES & BERUTTI, 2015, p. 59-60).

Em outras palavras, este contexto serve para mostrar que países como Inglaterra e França não quiseram se envolver diretamente em conflitos diretos com tropas nazistas e com isso Hitler acabou se fortificando ainda mais pela extensão territorial tomado a força. Em sequência a este trecho, os autores completam a narrativa com a “política da covardia” quando, os autores ainda utilizam do exemplo dado por Ferro<sup>11</sup> (1995) para complementar sobre a política de não intervenção da França enquanto Chamberlain na Inglaterra mantiveram passivos, o que, embora não tendo no livro didático, Hitler tomará de sítio a França.

Uma vez que a França estava ocupada por tropas alemãs foi formada pelo norte e pela costa atlântica francesa, incluindo a capital, Paris; sendo uma zona comandada diretamente pelas autoridades militares germânicas sob uma forte orientação fascista. Embora o governo de Vichy apresentava-se como um regime de neutralidade à guerra, na prática colaborava ativamente com o governo de Hitler, dado que:

A França viu seu território dividido em duas partes, uma zona ocupada na qual eram aplicadas as medidas de caráter geral decretadas pelo vencedor para a generalidade dos países vencidos; e uma zona designada como livre ou não ocupada, na qual um governo exclusivamente constituído por franceses exercia a sua ação (FERRÃO, 194-, p. 617).

Fixada à República de Vichy pelo tratado de rendição gerou movimentos de resistência de ação agressiva comandada pelo general De Gaulle. A população estava sendo chamadas para a não passividade do sítio germânico era necessário tomar

---

<sup>11</sup>(FERRO, M. História da Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Ática, 1995. p. 9)



posições subversivas também a Pétain. Depois embarcaram na mudança algumas nomenclaturas como República Francesa por Estado Francês, além da mudança de cargo de Pétain de marechal para primeiro-ministro da Terceira República em 1940 transformando-se no chefe do Estado Francês e, com isso, obtendo amplos poderes, mas, aos moldes das diretrizes advindas de Berlim.

Embora o texto didático não tenha citado este episódio francês, os autores guiam o conteúdo didático seguindo três fases da Segunda Guerra Mundial. A primeira fase abrangendo setembro de 1939 a junho de 1942, sendo marcada pela expansão das potências do Eixo; a segunda fase de junho de 1942 a fevereiro de 1943, contenção das forças do Eixo na Europa, África e Ásia; a terceira fase de março de 1943 a setembro de 1945, marcada pela derrota das forças do Eixo (MARQUES & BERUTTI, 2015, p. 62-63). Complementando a fase final há dois pequenos textos que fazem referência a explosão da bomba atômica na cidade de Hiroshima e Nagasaki em forma de testemunho de sobreviventes.

Existem diários de pessoas relatando os horrores da guerra e estes são documentos que nos servem de um olhar narrativo de quem teve a experiência de conviver com o objeto estudado através de suas memórias, sendo, para Le Goff (1992) onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro (p. 477). E justamente o olhar-testemunho contribua na construção de conteúdos válidos para a contextualização do livro didático ao informar para os discentes sobre experiências pessoais podendo aguçá-las um pouco mais o interesse pelo capítulo estudado.

Doravante, os autores chegam ao elemento conclusivo da Segunda Guerra Mundial, mostrando a contabilidade de países e soldados envolvidos, sendo 6 milhões de judeus dos 50 milhões de mortos. Segundo os autores o holocausto vem sendo utilizado tradicionalmente para designar a execução em massa dos judeus nos campos de concentração e extermínio no contexto da Segunda Guerra Mundial, mas, afirmam que a palavra é inadequada uma vez que traz a conotação de “sacrifício”, no sentido “um ato voluntário de reverência a Deus”, por essa razão, seria mais adequado valer-se da palavra hebraica “shoah”, que significa desastre (MARQUES & BERUTTI, 2015, p. 66).



O que será tratado adiante do capítulo 1 será pertinente aos processos revolucionários do século XX, como foi o caso da Revolução Bolchevique, a Revolução Chinesa e a Revolução Cubana, mas estes contextos não competem à proposta do projeto, uma vez que o nazi-fascismo é a questão chave a ser trabalhado no livro didático. Entre a análise do Ensino Fundamental de Anastasia e Ribeiro (2016) e o livro didático do Ensino Médio de Marques e Berutti (2015), encontrei narrativas que se comprometem com o passado mediante ao caminhar linear cujo objetivo de ambas duplas de autores conseguem construir a dimensão historiográfica do nazi-fascismo dentro da causa e efeito, ou seja, o professor tem em mãos a ferramenta que os possibilitam a refletir o passado, mas sem “linkar” com o presente.

A provocação reflexiva da possibilidade do retorno dos elementos fascistas na atualidade como chama a atenção Silva (2005) ao sinalizar os passos tomados pela política a trabalhar do assunto durante os anos que se seguiram com o fim da guerra, como o fizera os Estados Unidos na estratégia de utilizar a primeira versão da história do fascismo, apaziguadora e restritiva, interessava diretamente na medida em que se contrapunha a uma das estratégias básicas dos comunistas (p. 115). O fator “fascismo” tem seus colapsos dentro do tempo na questão de dar sentido e significado de acordo com o interesse de cada nação, como a busca do esquecimento, ao lado de uma loquaz condenação quase exclusiva ao que denominavam de hitlerismo (versão restritiva, personalística e exclusivista alemã do fascismo), coube à historiografia ocidental (idem). Além de:

Muito dos regimes de coalizão nacional que assumiam o poder na maré vazante do fascismo eram compostos de aliados políticos e institucionais de primeira hora do fascismo. Assim, o esquecimento dos primeiros tempos – a redução do fascismo a um acidente histórico e a limitação ao máximo dos agentes, dos colaboradores e dos envolvidos – surgia como projeto de recuperação política da Europa dilacerada (SILVA, 2005, p. 115).

Em escala de conjuntar os conteúdos substanciais, o livro didático do Ensino Fundamental e do Ensino Médio consegue elucidar o motivo da nascença de regimes fascistas, mas fica obscuro quanto à diretriz que determinou o fim deles, sem conseguir deixar claro para os discentes do 9º ano quanto a do 3º ano sem muita margem crítica sobre o declínio dos mesmos. Em análise crítica referente aos textos propostos nos



livros com relação ao mais científico de Silva abordam sobre o nazi-fascismo em linhas que tentam mostrar os passos dados para o surgimento da ideologia fascio, mas os autores didáticos não caminham para além da linha da consequência da Segunda Guerra, pois direcionam o andar para outras vias contempladoras de temáticas correlacionadas aos seus determinados tempos sem comungar com alguma proposta pertinente a refletir sobre novas percepções dentro da atualidade.

Em suma, pude perceber que a discussão proposta de Silva (2005) sobre Os Fascismos ao qual chama a atenção nas novas discussões surgidas no final dos anos 1980 que ainda é taboo dentro do livro didático, pois os estudados dentro deste trabalho ofertam um ensino de conteúdo propriamente fenomenológico do passado transposto do tema nazi-fascismo. Mas toda a leitura aqui feita é importante para compreender os passos dados para a construção de um tempo que é tão discutido e permanece a todo vapor manifestado em suas várias formas dentro da literatura, cinema, documentários, revistas, blogs, canais do Youtube, entre outros.



## FONTES

ANASTASIA, Carla, RIBEIRO, Vanise. **Encontros com a História**; Manual do Professor, 9º ano. – 3ª ed. – Curitiba: Editora Positivo, 2012.

MARQUES, Adhemar, BERUTTI, Flávio. **Caminhos do Homem na História**; Manual do Professor; 3º ano – 2ª ed. – Curitiba: Base Editorial, 2015.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Os Fascismos. In: **O Século XX**; organização, Daniel Aarão Reis Filho, Jorge Ferreira, Celeste Zenha. – 3ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

## REFERÊNCIAS

Filmes:

ELE ESTÁ DE VOLTA. David Wnendt (dir.). Alemanha, 2015. 1 filme (116 min.) son., col. Leg. Português.

A ONDA. Dennis Gansel (dir.). Alemanha, 2008. 1 filme (108 min.) son., col. Leg. Português.

Livros:

ARENDDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**; tradução de Roberto Raposo. – São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BERNARDO, João. **Labirintos do Fascismo**. – Campinas, São Paulo, 2015.

BINKHORN, Martin. **Mussolini e a Itália Fascista**; tradução de Ivone C. Benedetti. – São Paulo: Paz e Terra, 2009.

BITTENCOURT, C. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BUCHANAN, Patrick J. **Churchill, Hitler e a Guerra Desnecessária**; tradução Vania Cury. – Rio de Janeiro: PocketOuro, Ediouro Publicações Ltda, 2008.

CAIMI, F. E. O livro didático e o currículo de história em transição. 2. Ed. Passo Fundo: UPF, 2002.



DE GRAND, Alexander J. **Itália Fascista e Alemanha Nazista**; tradução de Carlos David Soares. – São Paulo: Madras, 2005.

FERRÃO, Carlos. **História da Guerra**. – Lisboa. Editora Século, 194-.

FIORANI, Flavio. **História Ilustrada da II Guerra Mundial**; tradução Ciro Mioranza. – São Paulo: Larousse, 2009.

GONÇALVES, Williams da Silva. **A Segunda Guerra Mundial**. In: O Século XX; 3º edição. – Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

HUGGINS, Marta K., HARITOS-FAUTOUROS, Mika e ZIMBARDO, Philip G. **Operários da Violência**; tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

JUNIOR, Roberto Catelli. **Ideologia e livro didático**. São Paulo, 2010.

LAROCCA, Luciene Alves. **Unidade Didática sobre o Nazismo**. – Curitiba-PR, Universidade Federal do Paraná, 2008.

LE BON, Gustave. **Psicologia das Multidões**; trad. Claudia Berliner, Editora WMF Martins Fontes. – São Paulo, 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**; trad. Bernardo Leitão, 2º edição. Editora da UNICAMP. Campinas. – São Paulo, 1992.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **As Origens do Fascismo**; organizador Luiz Bernardo Pericás. – São Paulo: Alameda, 2010.

MINERBI, Alessandra. **A Ideologia Nazista**. In: A História Ilustrada do Nazismo; 1ª parte. – São Paulo: Larousse, 2009.

MIRANDA, Sonia Regina, LUCA, Tania Regina de. **O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD**. Revista Brasileira de História, vol.24 n.º.48 – São Paulo, 2004.

MOCELLIN, Renato. **O Nazismo**. – 2ª ed. – (Coleção para conhecer melhor a História Contemporânea), São Paulo: FTD, 1999.

OLIVEIRA, João Paulo Teixeira de. **A eficiência e/ou ineficiência do Livro Didático no processo de ensino-aprendizagem**. PUC-Rio Brasil, SD.

RÜSEN, Jorn. **Sobre a utilidade e a desvantagem da ciência para o livro didático: o exemplo da História**. In: Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas. Curitiba: W.A. Editores, 2012.



SILVA, Sérgio Pereira. **Filosofia na Educação: Entre o otimismo e o pessimismo pedagógico**. Coleção Labor. UFG/Catalão, 2012.